

Mordomia é mais dosada para súditos britânicos

ROMÁRIO SCHETINO
Editor Internacional

Mordomia na Grã-Bretanha é um termo muito específico, mesmo porque os súditos de lá possuem um nível de vida tão superior ao nosso que o que chamamos aqui de privilégio para eles é até corriqueiro. Basta lembrar que o desempregado britânico, a escória da sociedade, recém-saído da universidade, que nunca obteve um emprego, recebe, mensalmente, um salário que dá razoavelmente para seu sustento. O número de desocupados britânicos chega hoje a quase 5 milhões. Para o Estado é preferível mantê-los assim do que arranjar emprego para todos. Isso seria altamente inflacionário, diz o governo.

Assim, o que chamamos aqui de mordomia parlamentar, para eles não é nada mais do que a remuneração "justa" de um empregado do povo. Guardadas as devidas proporções, um parlamentar britânico ganha como um brasileiro.

Como se sabe, em Westminster funcionam duas casas, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, o que, toscamente, poderíamos traduzir como Senado e Câmara.

Os lordes são divididos em espirituais, que são os arcebispos de Canterbu de acordo com sua antiguidade como bispos diocesanos, e os temporais, que são os de direitos hereditários, os nomeados e os chamados lordes de apelação, ou lordes da lei, investido em nobreza vitalícia para dar assistência à Câmara nos seus deveres judiciais.

Estes lordes, que geralmente nasceram em berço esplêndido, não têm salários mensais para as suas funções políticas, mas ganham quando exercem fun-

tam ficar debatendo sobre temas que não entendem. Por outro lado, quando o debate é de interesse nacional, como o orçãos judiciais, pois a Câmara dos Lordes é também a Suprema Corte do Reino. Os lordes, quando comparecem para uma sessão política recebem os seus jetons, que, segundo a lei, é o suficiente para pagar as despesas com viagens e estadas, à exceção do Lorde Chanceler, presidente da Câmara, o presidente das comissões, o primeiro-vice-presidente e os lordes da lei, que têm um salário anual que deve estar em torno de Cr\$ 350 milhões.

Já na Câmara dos Comuns o esquema é diferente. Além de serem em maior número, os pobres mortais deputados são eleitos pelo povo e, como tal, têm o poder mais à mão. Participam das decisões fundamentais da nação e ganham por isso. Um deputado britânico está recebendo cerca de Cr\$ 22 milhões por mês, incluído aí as parcelas destinadas à secretária, aos correios e passagens semanais de trem ou de avião, para seus domicílios eleitorais. Como as distâncias na ilha são pequenas e o sistema ferroviário é de boa qualidade, é preferível andar de trem. Acrescenta-se ainda cerca de Cr\$ 5 milhões por mês caso o deputado necessite permanecer fora de seu domicílio por causa de suas funções parlamentares. Esse salário está sujeito à legislação do imposto de renda.

Os deputados não recebem jetons, mas também não são obrigados a comparecer todos os dias às sessões. Os parlamentares britânicos são, em geral, especializados em determinados assuntos, por isso só comparecem ao plenário quando o assunto é da sua área. Assim, evi-

mento, a defesa e a segurança nacionais, a casa fica superlotada.

Como o prédio é muito antigo, o número de assentos, apesar de algumas reformas, não é suficiente para os 636 membros. Tanto assim que quando estão todos presentes, não há lugar para todo mundo. Muita gente fica em pé.

Tanto na Câmara dos Lordes quanto na Câmara dos Comuns não é permitido a presença de câmeras de televisão, fotografos ou repórteres no plenário. Aos jornalistas é reservado uma galeria a uns cinquenta metros de altitude, de onde não se pode falar, comentar ou fazer barulho de qualquer espécie. O sistema de som é perfeito. Se algum repórter quer saber mais detalhes sobre os projetos terá que ficar nos chamados lobbies, salas onde os parlamentares dão entrevista e esclarecem seus pronunciamentos.

Recentemente houve uma experiência com a transmissão direta pela TV, mas o assunto está sendo discutido para uma nova decisão a respeito. De qualquer forma, as rádios podem transmitir os discursos dos deputados.

A austeridade e o formalismo são marca registrada da Grã-Bretanha, todas as normas são obedecidas rigidamente. Quando o *speaker*, presidente da Câmara, se levanta para dar um esclarecimento, ninguém mais fala. Diariamente, a chegada do *speaker* ao plenário é revestida por uma "pequena" cerimônia. Capas e toucas do século passado entram no salão principal precedidos de anúncios em voz alta. Silêncio total. Os súditos britânicos acham que se trata de uma formalidade sempre muito "informal". Coisa à toa.

Na verdade, os privilégios existem, mas restritos a uma camada especial do poder. Aliás, é bom lembrar que os membros do governo são parlamentares, geralmente da Câmara dos Comuns. O primeiro-ministro, os ministros da Fazenda, e das Relações Exteriores são tratados com destaque. Estes têm carro com motorista e residência oficial. Dizem eles que é devido à importância do cargo diante das recepções internacionais. Iguais privilégios são reservados também aos presidentes das Câmaras dos Lordes e dos Comuns.

